

## DOSSIÊ

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: AFROGRAFIAS, TERRITORIALIDADES E LUTAS

# NARRATIVAS QUILOMBOLAS SOBRE ENGENHOS DO RECÔNCAVO BAIANO

## QUILOMBOLA'S NARRATIVE OF SUGAR CANE MILLS OF RECÔNCAVO BAIANO

Neivalda Freitas de Oliveira\*  
Mariana Balen Fernandes\*\*

### RESUMO

*Este artigo propõe discutir as narrativas das comunidades quilombolas São Braz, Engenho Novo e Engenho da Cruz no que se refere aos engenhos outrora existentes na região do recôncavo baiano. Os dados foram recolhidos em diferentes momentos, mas formam um conjunto de observações importantes para o entendimento da percepção das comunidades quilombolas acerca de seus territórios e trajetórias históricas e sociais. O texto se fixa na interface entre a História e Antropologia a partir da análise de dados etnográficos, história oral e pesquisa documental.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Engenhos. Quilombolas. Recôncavo Baiano.*

### ABSTRACT

*The article aims to analyze the narrative of quilombola's community of São Braz, Engenho Novo e Engenho da Cruz with were sugar cane mills that was located the Recôncavo baiano. The research data came from different moments, but they are part constitutive of important observations to understanding of the quilombola's perception about their territories and historical and social ways. The text was building between History and Anthropology, based on the analysis of ethnographic, oral history and documental research data.*

**KEYWORDS:** *Sugar cane mills. Quilombola. Recôncavo Baiano.*

### INTRODUÇÃO

O presente artigo se constitui a partir da análise de dados etnográficos e da pesquisa histórica acerca das narrativas sobre os antigos engenhos junto às comunidades quilombolas São Braz, localizada no município de Santo Amaro/BA e Engenho Novo e Engenho da Cruz, ambas no município de Cachoeira-BA. As pesquisas ocorreram em períodos distintos, durante a feitura dos relatórios de

---

\* Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Email: neivalda@gmail.com.

\*\* Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: balen.mariana@gmail.com.

identificação territorial para fins de regularização fundiária dos territórios quilombolas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). São Braz teve o processo de elaboração do relatório de identificação iniciado em 2012 e finalizado em 2014; em Engenho Novo e Engenho da Cruz as pesquisas tiveram início, simultaneamente, em 2017, sendo finalizadas em 2018. As equipes multidisciplinares de pesquisa foram constituídas por pessoas das áreas de Antropologia, História e Geografia no intuito de possibilitar a interlocução entre conhecimentos distintos que dessem conta da demanda inicialmente apresentada pelas comunidades ao INCRA.<sup>1</sup>

Para além da produção dos relatórios de identificação territorial, buscamos apresentar nesse artigo aspectos relativos ao modo como cada comunidade compreende e se apropria dos espaços identificados como “patrimônio histórico”, tanto pelas próprias comunidades quanto pelos órgãos de Estado responsáveis pela salvaguarda dos bens de patrimônio material e imaterial: o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tais políticas patrimoniais serão contextualizadas mas, antes de tudo, nos interessa priorizar as narrativas sobre como tais localidades são entendidas como referência histórica e social pelas comunidades quilombolas em questão. Quais sejam: Engenho Cajuíba, referido pela comunidade de São Braz, mas não exclusivo dessa comunidade, como veremos a seguir; e os espaços outrora compostos pelos antigos engenhos da Cruz e Novo, que dão nomes às comunidades quilombolas.

O interesse em tratar sobre antigos engenhos vai além da importância arquitetônica e/ou patrimonialista, visto que nesse grande território negro composto por trajetórias distintas, mas interligadas a partir das narrativas sobre os engenhos, existem diálogos entre formas de ressignificação destes espaços compreendidos como símbolos da presença e resistência dos grupos negros no Brasil, em diferentes contextos, também vinculados ao pertencimento étnico e territorial das comunidades São Braz, Engenho Novo e Engenho da Cruz.

## HISTÓRIA DOS ENGENHOS NO RECÔNCAVO

Como já foi minuciosamente tratado, por vários autores, a exemplo de Souza (1987), Albenaz (2004), Vilhena (1969), Azevedo (2009), Barickman (2003), Schwartz (1989), Fraga Filho (2006), dentre

---

<sup>1</sup> As comunidades quilombolas receberam, primeiramente, a Certidão de Autodefinição, emitida pela Fundação Cultural Palmares. São Braz foi certificada no ano de 2009 (Processo nº. 01420.000061/2009-35); Engenho Novo, no ano de 2005 (Processo nº. 01420.001109/2005-07); e Engenho da Cruz, no ano de 2006 (Processo nº. 01420.002946/2006-26). Conforme determina o Decreto Nº 4887/2003, após a certificação, as comunidades procederam à abertura dos processos administrativos para a regularização fundiária de seus territórios junto ao INCRA, por meio do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). As equipes técnicas responsáveis pelos relatórios foram contratadas, respectivamente, a partir de: a) Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 18/2011 – Processo n. 54000.000556/2011-96, no caso de São Braz; b) Acordo de Cooperação Técnica, para financiamento da União Europeia, entre a ONG Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes (COSPE), o Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguaçu (CECVI), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e a empresa Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio LTDA – CAMPO, para fins de doação da peça técnica ao INCRA, nos casos de Engenho Novo e Engenho da Cruz.

outros., desde os fins do século XVI foram erguidos engenhos no Recôncavo baiano.<sup>2</sup> Por mais de três séculos tais locais abrigaram escravos.

Autores como Gabriel Soares de Souza (1987), João Teixeira Albenaz (2004), Luiz dos Santos Vilhena (1969) descrevem os engenhos desta região, que tinham como característica o desenvolvimento contínuo da monocultura açucareira. Erram grandiosos os investimentos em transporte e na abertura de portos, na constituição de aparatos de defesa, na construção de cidades etc.

Motivado pelo cultivo da cana-de-açúcar e do fumo, com produção voltada para o mercado externo, o Recôncavo se destacava no cenário socioeconômico, despontando, também, como um dos maiores importadores de africanos escravizados, para as mais diversas funções. Todo esse movimento era resultado do acúmulo de conhecimento tecnológico por parte dos portugueses, que já haviam experimentado nas ilhas do Atlântico, e pela própria indústria de equipamentos implantada no Reino. Porém, ainda no século XVII, toda a experiência foi suplantada diante de conflitos nas terras colonizadas, de pragas, intempéries climáticas, muitas fugas e rebeliões de escravos, dentre outros fatores. Tudo isso fez com que as atividades agroexportadoras da colônia sofressem crises sucessivas.

Historiadores, memorialistas e documentos diversos, que estão nos arquivos, contam que, para além daquilo que era cultivado para o mercado externo, havia pujante desenvolvimento de um mercado interno, baseado na agricultura de gêneros diversificados, que atendiam aos locais. As descrições de Schwartz (1988), combinadas com as de Barickman (2003), indicam uma produção diversificada, uma lógica produtiva e critérios para a ocupação das terras. Enfim, havia uma dinâmica peculiar na constituição, organização, administração e manutenção dos engenhos do Recôncavo. Esses autores acreditam que a distribuição dos solos por tipo, qualidade, localização, produtividade e tempo de cultivo, associada à topografia dos lugares, foram determinantes no uso e repartição das terras.

Com o desenvolvimento da produção de açúcar nas Antilhas, sob o controle da Holanda, da Inglaterra e da França, a concorrência se instaurou e o declínio se apresentou para os produtores do Brasil. Nos séculos seguintes, motivações internas, como a exploração de minérios, e/ou o deslocamento do gado do nordeste para regiões mais internas e/ou ao centro, que retirou dos Senhores de Engenho respeitável meio de transporte e força motriz, assim como externas, como o “Pacto Colonial” do século XVII, proposto principalmente por Inglaterra e França, e que gerou o enfraquecimento de Portugal, aprofundaram a crise da empresa açucareira no Brasil.<sup>3</sup>

As sucessivas intemperes climática, a exemplo da seca de 1736, a flutuação de preço do açúcar no mercado internacional, as dificuldades de transporte para exportação, o desestímulo ao produtor promovido pela política de baixos preços, os altos tributos, os altos preços dos escravos e, posteriormente, a proibição do tráfico de escravos, as rebeliões, as pragas, dificuldades na importação de

---

<sup>2</sup> Alguns documentos apontam a existência de 23 grandes engenhos na região.

<sup>3</sup> É necessário afirmar, ainda, que as ocupações holandesas no Brasil, ao tempo em que favoreciam os engenhos na sua produção e organização, também enfraqueciam a economia portuguesa.

novas tecnologias são elementos fundamentais para a compreensão do declínio na produção, do poder e da força da indústria açucareira da Bahia do século XVIII.

Feito um panorama rápido do que foram os Engenhos do Recôncavo baiano, queremos debruçar os olhares sobre três engenhos que serão o mote da discussão no presente artigo.

Construído no séc. XVIII, o Engenho Cajaíba ainda hoje conserva a mesma denominação que leva, também, o nome da Ilha onde se localiza. O lugar é referido pela comunidade quilombola São Braz como abrigo dos negros escravizados durante o período colonial. Essa referência encontra respaldo junto às narrativas de origem da comunidade, assim como torna-se, atualmente, símbolo de sua identidade étnica e do território reivindicado pelas inúmeras comunidades da região do recôncavo enquanto espaço comum compartilhado. Toma-se por base a existência de personagens históricos, reais ou imaginados<sup>4</sup>, que ligam a comunidade de São Braz aos registros históricos contidos na memória coletiva e transmitidos ao longo das gerações.

Narrativas sobre o *cruel Barão de Cajaíba* remontam ao tempo em que se deu, segundo suas percepções, a ocupação negra, em diferentes épocas. As indicações e denominações sobre os locais e lugares (sobrado, casarão, igreja etc.) apresentados formam um repertório que permite acessar informações produzidas sobre os grupos negros da região do Recôncavo e seus pontos de vista diante de projetos colonizadores. Dos primeiros registros sobre os engenhos que constituíram a Bahia de Todos os Santos consta a ilustração abaixo (Figura 1), que faz referência à nomenclatura da “Ilha” e do “Engenho de Cazvayba”, em “São Francisco de Sergipe del Conde”:

Figura 1 - Detalhe do mapa da “Bahia de Todos os Sanctos”, com a “I. de Cazvaba” (Ilha de Cajaíba) ao centro



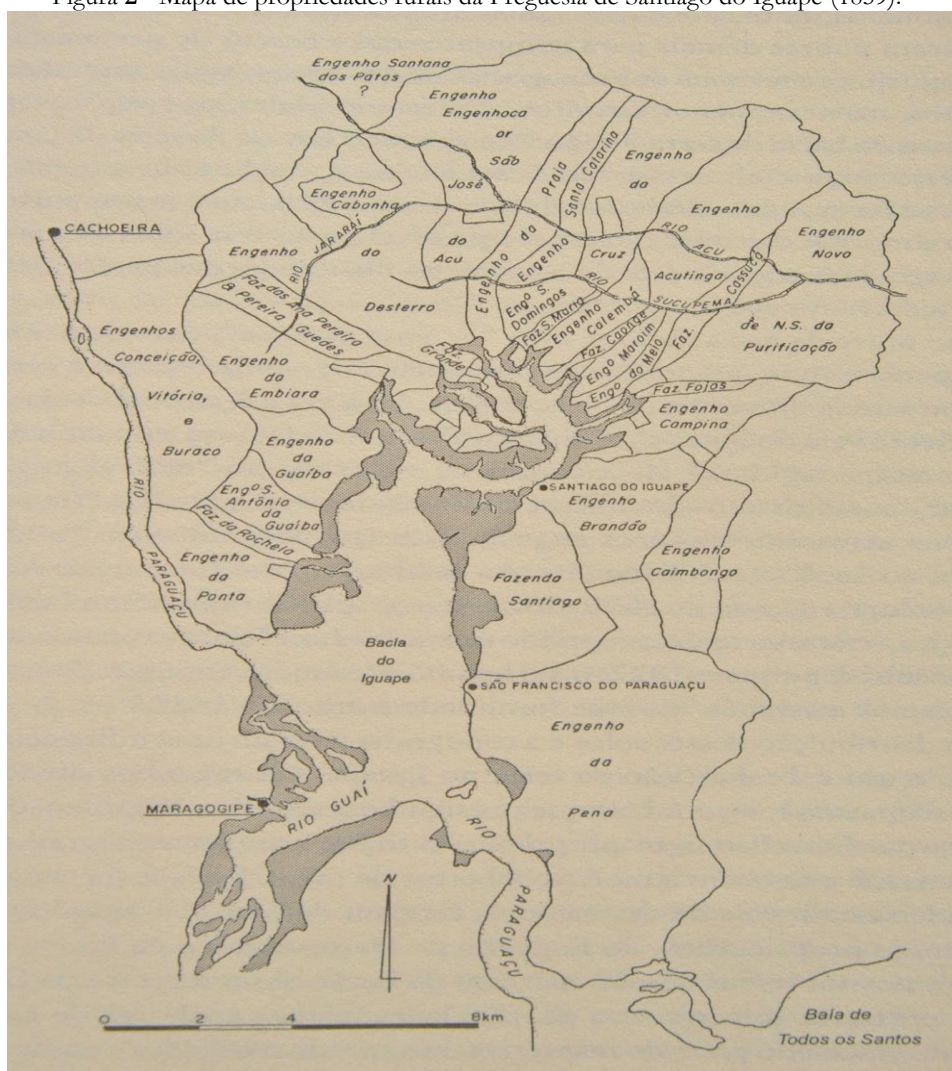
Fonte: *Bahia de Todos os Sanctos*, material Cartográfico produzido por Georg Marcgraf (1610-1644), Casper Bartaeus (1584-1648) e João Blaeu (1596-1673), publicado pela Biblioteca Nacional de Portugal (FERNANDES, 2016, p. 63)

<sup>4</sup> Para o conceito de comunidades imaginadas, ver Anderson (2008, p. 33): “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. Os aldeões javanese sempre souberam que estão ligados a pessoas que nunca viram, mas esses laços eram, antigamente, imaginados de maneira particularista”..

Consta que o primeiro suposto proprietário da Ilha de Cajaíba teria sido Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil. Após, registra-se a presença da família do Barão na Ilha de Cajaíba, que remete ao ano de 1770, a partir do Sargento-mor José Pires Carvalho e Albuquerque e seus descendentes, como seu filho Cel. José Maria de Argolo Pina e Mello. Contudo, foi José Joaquim de Argolo e Queirós, membro desta família de abastados senhores de engenho da Bahia, o construtor das edificações presentes até hoje na ilha, como o sobrado e o engenho, que datam do séc. XVIII. Seu filho, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (1800-1870), militar que participou do combate aos portugueses pela Independência da Bahia e aos revoltosos durante a Sabinada, foi presidente e vice-presidente da Província da Bahia em várias ocasiões e se tornou Barão de Cajaíba em 1841 (FERNANDES, 2016, p. 63).

O mapa exposto na Figura 2 publicado por Barickman, em *Um contraponto baiano* (2003) mostra os engenhos da Freguesia do Iguape, contemplando os Engenhos da Cruz e o Engenho Novo.

Figura 2 - Mapa de propriedades rurais da Freguesia de Santiago do Iguape (1859).



Fonte: Barickman, 2003, p. 193.

No Livro de Registro de Terras da Freguesia de San<sup>o</sup>Tiago do Iguape, datado de 1856, assinado pelo Vigário Umbelino José d’Azevêdo, encontramos registros referentes tanto ao Engenho Novo, quanto ao Engenho da Cruz. As comunidades quilombolas foram nomeadas com os mesmos signos dos antigos engenhos ali existentes. Podemos afirmar que tais grupos apoderaram-se dos nomes dos Engenhos, construindo novos significados para o lugar.

O Engenho Novo de Nossa Senhora da Purificação, pertencente a Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, foi comprado do seu pai, o Barão de San Francisco, e tinha 2.841 tarefas. Seus limites eram a Fazenda do Padre Lago, a estrada Real da Patatiba, as Fazendas Cassencá (ou Cassucá), da Horta e Quincoabo, e os Engenhos Santo Antônio e Santa Catarina.<sup>5</sup>

Naquele livro consta um trecho referente ao Engenho Novo, onde se lê que foi apresentado ao vigário, no dia 23 de janeiro de 1859, pelo Sr. Julio Américo da Silva para registro do Engenho de Santa Catharina, que recebeu por herança dos seus pais. Seus limites são o rio Sicupema, a estrada da Patativa, Fazenda Santa Albarias, e Engenho da Praia. A essas terras foi incorporada a Fazenda dos Órfãos, que, por sua vez, havia sido comprada dos herdeiros do Engenho Engenhoca. Chegamos, então, ao Engenho Novo de Santa Catarina, com quem aqui dialogamos, cuja descrição pode ser lida na transcrição do documento abaixo:

Foi-me apresentado no dia trinta de novembro de 1858 e pagou novecentos e sessenta reis – Vigr<sup>o</sup>. Umbelino José d’Az<sup>o</sup>.

Os terrenos do engenho da Cruz pertencentes ao abaixo assignado, na Freguesia de San<sup>o</sup>Tiago do Iguape, termo da cidade da Cachoeira, confinão pelo lado do sul com terrenos do Engenho Calembá, pertencentes ao mesmo assignado, e pelo do norte com a estrada da Patativa; que deuide o termo da cidade de cachoeira com a de Santo Amaro; pelo nascente com as terras do Engenho Acutinga; e pelo poente com terrenos do Engenho Novo. Engenho Calembá trinta de novembro de 1858.

(Livro de Registro de Terras da Freguesia de San’ Tiago do Iguape, 1856).

O primeiro Barão de São Francisco, Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, era o seu proprietário no século XIX, como o era também de vários engenhos de açúcar e plantações de tabaco, juntamente com seu sogro, José Pires de Carvalho e Albuquerque. Chama atenção o fato de que esse senhor de engenho se destaca, quando da Independência da Bahia, por acolher e sustentar os emigrados da capital, e, também, arregimentar, armando e organizando, civis para as lutas de Independência.

Nos livros de Registro de Imóveis, que ainda estão guardados em cartórios da cidade de Cachoeira, se pode ler na coluna “Denominação ou rua e número do imóvel” sobre a formação de fazendas que, depois, terão grande importância na formação de um conglomerado de terras férteis e plantações ao longo do Século XX. A Fazenda Acutinga é uma delas. Diz em um dos documentos que

---

<sup>5</sup> Aponta o registro que esse é o mesmo Engenho Novo ou Engenho Novo de Santa Catarina.

a “Fazenda Acutinga”, contemplando a Fazenda Cassucá, a Fazenda Engenho Novo<sup>6</sup> e a Muteche<sup>7</sup>, tinha 3.200 tarefas, possuía benfeitorias, inclusive casa de residência da fábrica; também tinha plantação própria de cana, dentre outras; e ainda alambique e almoxarifado.

Na segunda metade do século XX, Euvaldo Freire de Carvalho Luz e sua esposa Rosa Borges Luz eram os proprietários da Opalma, Óleos de Palma S.A. Agro Indústria. Nas suas propriedades eram plantados e beneficiados, primeiro a cana de açúcar, e, posteriormente, implantado na grande extensão de suas terras, o que daria muito valor econômico para a empresa, o dendê.

Como já mencionado, no livro de Registro de Terras da Freguesia de San’ Tiago do Iguape, datado de 1856, e assinado pelo Vigário Umbelino José d’Azevêdo, também se encontra registro referente ao Engenho da Cruz. Em 1826, Tomé Pereira de Araújo adquiriu essas terras e até 1853, quando da sua morte, fazia parte dos seus bens. Ele era sogro de Inácio Rodrigues Pereira Dutra – o segundo Barão do Iguape, que aí residiu até 1888.<sup>8</sup>

A partir do inventário do Barão é possível afirmar que o Engenho da Cruz era de grande porte, com 3.516 tarefas, com terras de culturas, pastos, matas e escravaria (APEB Inventario 2/519/964/17). Observa-se a pujança daquele engenho pela descrição do imóvel feita por Walter Fraga (2014, p. 258):

A família do Senhor ocupava o pavimento superior, composta de “sala de frente”, sala de jantar, vários quartos, e cozinha nos fundos. O conjunto completa-se com a enfermaria, a casa de morada do administrador, a levada, que erguia ao fundo para movimentar a roda da moenda, casa de depósito de bagaço, estrebaria, casa de ferreiro, as 63 senzalas cobertas de telha, em estado de ruína.

Depois da morte do Barão do Iguape assume a administração e gerência do Engenho da Cruz, Luís Rodrigues Dutra.

Ao longo do Século XX, a paisagem de uma plantação uniforme ainda está presente onde outrora teriam sido as terras desses Engenhos. Porém deixa de ser a cana de açúcar para ser o dendê e, posteriormente, a pastagem.

Não há como negar que existam negros escravizados vivendo na região dos Engenhos citados e em seus arredores desde o século XVI. São muitas as evidências físicas, as memórias, as marcas identitárias, genótipos e fenótipos, por suas histórias, pelo *ethos* que constitui cada uma das comunidades.

Algumas residentes contam sobre menções dos “mais velhos”, reconhecendo lugares e pessoas através das atividades desempenhas, pelas histórias vividas e/ou contadas, pelo falar, pelos cultos, pela culinária, dentre outros, como emblemáticas do período escravocrata e como histórias que imprimem pertencimento à comunidade.

<sup>6</sup> O Engenho Novo incorporado pelo Acutinga possuía 1.700 tarefas toda de terreno massapê.

<sup>7</sup> A Iguape Agro Industria Limitada tinha como administrador, nesse momento, o General Osvaldo Pinto da Veiga, Presidente da Siderúrgica Nacional, residente no Rio de Janeiro. Os sócios eram: Joaquim Teixeira Ribeiro (sócio gerente) e Charles George.

<sup>8</sup> Conta-nos o professor Walter Fraga, em *Encruzilhada da Liberdade* (2014), que o Barão, meses depois do abril de 1888, morreu “apaixonado” por presenciar, tanto no recôncavo quanto em Salvador, levas de escravos deixando propriedades e em festividades comemorando o fim da escravidão.



Como em muitos lugares da Bahia, a partir do século XIX, com o declínio econômico, os documentados proprietários passaram a abandonar suas terras ou pouco iam visitá-las. A continuação dessa prática, ao longo do século XX, configurou um verdadeiro abandono e viabilizou a posse, ou propriedade (por decurso de tempo), por parte de populações de ex escravos, livres ou libertos, de trabalhadores braçais, e mesmo de empregados que não receberam indenizações trabalhistas, que passaram a ocupar em definitivo tais terras.

## **NARRATIVAS QUILOMBOLAS SOBRE ENGENHOS**

Segundo Fernandes (2016), a Ilha de Cajaíba insere-se no cenário econômico de valorização de áreas litorâneas e insulares, apropriadas pelo mercado internacional. A área torna-se alvo das políticas de patrimonialização desenvolvidas pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR) e Secretaria da Cultura, via Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC). Dentre essas políticas estão os tombamentos de sítios arqueológicos e bens de patrimônio material, bem como a elaboração de inventários para fins de registro de manifestações culturais relativas ao patrimônio imaterial. Essas políticas inserem-se no que podemos chamar de “colecionamento e conservação” de bens culturais; entendidos enquanto objetos dos projetos e processos de patrimonização que, uma vez transformados em patrimônio, “são recodificados com o propósito de servir como sinais diacríticos das categorias e grupos sociais que venham a representar” (GONÇALVES, 2002, p. 23). Da mesma forma, possibilitam compreender certas relações de poder, entendidas no âmbito das “batalhas no campo da memória” (FERREIRA, 2008) na definição de bens culturais (FERNANDES, 2016, p. 70)

O processo de patrimonialização da Ilha ocorre a partir do tombamento do sobrado e da fábrica do Engenho Cajaíba, no ano de 2004, por meio de dispositivo jurídico estadual, o Decreto nº 9.214/2004, cujo registro encontra-se no Livro do Tombamento dos Bens Imóveis do IPAC. De fato, entendido enquanto patrimônio cultural, essa área passa a ser valorizada pelas comunidades quilombolas, que fazem uso de seu espaço tanto quanto de outros locais nos quais há recursos naturais disponíveis, no interior e no entorno da Ilha de Cajaíba. Por outro lado, localizada no município de São Francisco do Conde, o equipamento passa a integrar o circuito de prédios históricos a serem visitados nos passeios destinados ao turismo ecológico e náutico da região do Recôncavo Baiano ofertado pela Secretaria Municipal de Turismo.

As comunidades quilombolas corriam o risco de perda da área total da Ilha diante da iminência da implantação de um projeto turístico e hoteleiro denominado “Eco Resort Ilha de Cajaíba”, proposto pelo grupo empresarial Property Logic Brasil Empreendimentos e Participações Ltda., com representação em Salvador-BA, em parceria com o Governo do Estado da Bahia, com quem celebrou convênio. A referida empresa visava uma clientela composta por membros de classe alta e emergentes transnacionais, um nicho do mercado voltado ao turismo náutico de alto padrão. De acordo com o lema “Segurança e conforto em paraísos exóticos”, o Projeto Eco Resort Ilha de Cajaíba contaria com campos



de golfe, escolas náuticas, cinco hotéis de luxo, marina, Yachtclub, shopping centers, restaurantes, bares e cafés, além de um heliporto (FERNANDES, 2016, p. 72)

Em oposição às demandas quilombolas, tais políticas governamentais favoreceram um plano de expansão do turismo global, plano que se coaduna com a intenção do grupo empresarial Property Logic. A Ilha de Cajaíba representa um objeto de desejo de empreendedores. Por outro lado, representa um símbolo de resistência étnica para a Comunidade de São Braz. É nesse contexto de disputa territorial em torno da Ilha de Cajaíba que as narrativas sobre os locais de referência histórica e social emergem, juntamente com as noções sobre pertencimento étnico da comunidade São Braz.

A necessidade de buscar estratégias para garantir o território da Ilha de Cajaíba face ao referido empreendimento foi o que alavancou a mobilização e a organização política das comunidades que, em conjunto, definiram qual delas seria a primeira a iniciar o processo de certificação e titulação territorial. De acordo com a deliberação conjunta, iniciou-se a regularização fundiária do território da Comunidade Quilombola São Braz.

À origem da Ilha está associada à trajetória do Engenho Cajaíba, cujas narrativas agregam um repertório de eventos e acontecimentos considerados relevantes pelo grupo que acrescentam, ou subtraem, certos elementos simbólicos contidos na memória social, justificando, assim, uma "situação nova" (LÉVI-STRAUSS, 2000). A depender de quem os narra, esses eventos variam quanto ao significado, sendo, portanto, “bons para revelar processos também existentes no dia a dia e, até mesmo, para se examinar, detectar e confrontar as estruturas elementares da vida social” (PEIRANO, 2002).

Moradores de São Braz narram os “maus tratos” causados pelo Barão de Cajaíba aos negros escravizados. O Barão é um personagem histórico que, longe de ser exaltado pela comunidade quilombola São Braz, representa, a partir das narrativas sobre origem, cicatrizes deixadas a partir de situações vivenciadas pelas gerações de famílias negras do recôncavo. Fatos passados configuram, a partir dos relatos sobre situações de uso da violência pelos antigos senhores, relações de poder e de controle tanto do território da ilha quanto dos corpos negros e dos espaços por estes utilizados.

Sobre formas de resistência, alguns elementos são apontados como símbolos que legitimam a presença negra na ilha. Havia ao *alçapão* ou *cafua*, onde os escravizados eram presos *quando não obedeciam o Barão*; os ganchos incrustados na tamarineira, que representam maus tratos, o castigo por meio do chicote e do tronco; o Casarão, local de residência do Barão de Cajaíba, símbolo do período açucareiro e da presença maior de negros escravizados. Mas existem também representações da luta dos grupos negros que ali existiram em diferentes períodos, quando a mão-de-obra escravizada e as relações coloniais se mantiveram na região do recôncavo no pós-abolição. O cajá, fruto que dá nome à Ilha desde o passado, é fonte de sustento e alternativa de geração de renda para as famílias de São Braz e marca modos de uso e ocupação da Ilha pelas famílias quilombolas hoje e no passado.

Ali tinha alçapão e tudo ali, pra matar o povo. O mais velho me contava assim ... que o pessoal ia trabalhar quando era a hora do pagamento o Barão chamava: “Vem cá, vem receber seu dinheiro”. Aí o cara ia procurar...quando chegava lá...” não é por aí.

Você tem que vir por aqui?”. Aí sumia. Pagava o dinheiro do povo, chegava lá e caía no alçapão. E a maré bate no alçapão. Caía na água e sumia. (...) É ... me contaram e eu não acreditava. Mas é isso mesmo. [o Barão] Conhecia. Eu não conheci ele. Conheci ele pelos mais velhos. Meu avô também não alcançou. Todo mundo contava esses casos pra gente. (Sr. Manoel Messias, pescador e mestre de capoeira, Comunidade São Braz. Depoimento coletado por Fernandes. Cf. FERNANDES, 2016, p. 232)

Interessante pensarmos na figura do Barão e no modo como ele é referido enquanto um personagem que justifica, aos olhos da comunidade quilombola, a sombra de um passado ressignificado a partir lutas cuja memória é acionada diante de novos contextos de conflito. Nesse sentido, falar do Engenho Cajaíba (e do Barão) significa destacar aspectos de sua trajetória histórica e social, principalmente no que diz respeito às transformações ocorridas, às rupturas com aquilo que entendem não haver sentido, no presente e no passado. Ou seja, o Engenho Cajaíba contém elementos importantes para a organização política e social que, uma vez acionados, remetem aos modos de resistência contra a lógica de dependência imposta por grupos cujos interesses são contrários aos da comunidade. O Barão passa a ser citado nas narrativas de origem como um contraponto à presença dos negros que não se submetiam, e nunca se submeteram, ao sistema patriarcal, ainda enraizado em nossa sociedade. Os principais personagens, os negros libertos, agora ganham novo status juntamente com os “castigos” que lhes impunha sua condição social somada ao receio do “patrão” em perder legitimidade diante das transformações sociais e econômicas que marcam o final do século XIX. Um poder que, aos poucos, se deslegitima, ainda que a elite oriunda dos engenhos e usinas açucareiras no Brasil pós-colonial buscasse de todas as formas manter-se.

Algo ainda muito presente na memória social de pescadores e marisqueiras de São Braz, ainda que com novas roupagens, quando se trata de pensar acerca do reconhecimento da ilha enquanto espaço aos territórios quilombolas da região, imprescindível para sua autonomia, mas que atualmente vem sofrendo com novas ondas de privatização e tentativas de controle externo, significando, na visão da comunidade São Braz, perda de sua liberdade:

O pessoal sempre falava [...] escravos assim as pessoas não podem falar assim. A pessoa tinha que trabalhar a pulso, obrigava a trabalhar... Lá na Cajaíba tem a cafuná onde eles jogavam os escravos, prendia eles. [...] Hoje os empresários querem acabar com a plantação de cajá, com a natureza. Ficava lá, esperava a maré. Não tem mais liberdade, dormia lá, fazia sua comida e hoje não tem mais. Acho até que a gente até hoje não tem a liberdade. É uma lei que não foi cumprida. Só não tem o tronco, só falta o tronco. Não tem tronco agora virou bala. Antes eles apanhavam de chicote e hoje eles decidem na bala, mandam matar e pronto. E trabalhava pra apanhar... E não tinha nem comida, o que eles davam era angu! Tinha o rancho dos barão, aquele angu a gente faz um mingauzinho.. (Comunidade São Braz. Depoimento coletado por Fernandes. Cf. FERNANDES, 2016)

Compreender o significado atribuído ao Engenho Cajaíba pela comunidade São Braz é desvendar aspectos intrínsecos à sua trajetória em diferentes contextos em que o lugar, ou seja, o *casarão*, também se conecta com demais locais importantes compreendidos como patrimônio histórico (e social). Tal é o caso da antiga Igreja São Braz e antigo sobrado, ruínas localizadas no interior do território da

comunidade. Tais cenários comuns são modificados não somente pela ação da natureza. Os conflitos vivenciados intensificam as transformações e os modos como São Braz compreende seu território e, conseqüentemente, a Ilha de Cajaíba. Aliás, a ilha só é *Ilha* porque está inserida em contextos distintos de resistência e da luta pela autoafirmação das identidades sociais das comunidades quilombolas. Falar da ilha é falar da história dos negros na região do Recôncavo. O Barão, neste caso, se torna um mero elemento de conexão com o que de fato importa às comunidades: o reconhecimento de seus territórios e modos de vida, assim como das estratégias de luta ao longo das gerações.

Figura 3 – Engenho Cajaíba, São Francisco do Conde-BA.



Fonte: Foto de Mariana Balen Fernandes (2013).

Figura 4 - Ilha de Cajaíba: Sr. Valdeci dos Santos Oliveira (Seu Val) em frente à cafua.



Fonte: Foto de Mariana Balen Fernandes (Disponível em FERNANDES, 2016, p. 234)

No que se refere às comunidades de Engenho Novo e Engenho da Cruz, voltamos a lembrar que elas assumem a toponímia das antigas propriedades.<sup>9</sup> E aqui vale discutir algumas questões. Alguns textos sobre a localidade dão conta de que parte dos moradores, e alguns das proximidades, chamam de Opalma uma vasta extensão territorial, tendo como referência a agroindústria de azeite de dendê. No entanto, uma outra parcela compreende que existem comunidades distintas, sendo Opalma a comunidade mais próxima do antigo prédio onde estava localizada a agroindústria. As outras são Engenho da Cruz e Engenho Novo. Com segurança, é possível afirmar que a autonominação, que toma como referência os antigos engenhos, faz parte dos movimentos de identificação e definição do território da comunidade. Reconhecer-se quilombola é também se apropriar desses espaços de lutas.

Assim, ao indicar alicerces das antigas unidades habitacionais, tijolos das antigas construções, rodas de moendas e um considerável conjunto de símbolos vinculados à ancestralidade, que estão espalhados por uma grande área daquele território, é, também, encontrar as memórias do lugar a partir do significado atribuído pelas comunidades aos espaços e objetos que compõem sua territorialidade.

Indagados sobre as memórias suas e dos que lhes antecederam sobre os engenhos, a descrição muito se aproxima da que encontramos nos registros de arquivo. Por exemplo, a descrição sobre o que é, hoje, uma caixa d'água onde, outrora, se guardavam os santos católicos e os paramentos para as missas, ao lado da pequena capela do engenho.

Residentes do Quilombo Engenho da Cruz contam que ainda havia uma roda d'água, que movia a moagem da mandioca para o fabrico de farinha, pelos anos da primeira metade do século XX. Por lá se encontrava, na mesma época, uma represa com duas comportas que controlava a água que fazia mover a roda d'água. A represa era o lugar no qual as pessoas tomavam banho e que usavam como espaço de lazer. Rio acima, até então, tinha cinco viveiros de peixe, de onde, na baixa do rio, em tempos de festividades, os proprietários pescavam os melhores exemplares, enquanto os mais inferiores ele doava ou deixava os empregados e moradores da região pegar.

Walter Fraga chama a atenção para o fato de que boa parte dos batismos era realizada ali entre o Natal e o dia dos Santos Reis. E esta memória resiste na população que hoje ainda vive por lá e se manifesta na manutenção de grandes festividades, nesse mesmo período.

---

<sup>9</sup> Os moradores diferenciam por períodos históricos as denominações do lugar: Engenho Novo de Santa Catarina, referente à época da escravidão; Acuntinga para o período em que trabalhadores livres dedicavam-se à produção da cana. Fazenda Opalma, quando trabalhadores livres atuavam na produção da cana e do dendê.

Figura 5 – Pedra do Milagre de Santa Bárbara



Fonte: Foto de Mariana Balen Fernandes (2018).

Figura 6 – Santa Cruz



Fonte: Foto de Breno Trindade (2018).

Nascentes, rochas, roças, matas são elementos que perfazem locais de uso comum compartilhados pelas famílias quilombolas e, por esse motivo, possuem relação também com seres sagrados ou espirituais conforme narrativas de milagres e proteções. Crenças vinculadas a ritos e práticas tradicionais de cura constituem modos de lidar com os infortúnios e conflitos vivenciados pela comunidade ao longo das gerações. O Engenho da Cruz abriga inúmeros exemplos de casos acerca dos milagres e a Santa Cruz (Figura 6) tem importante função como um elo que integra diferentes elementos contidos na religiosidade presente na comunidade e entorno.

Sua proximidade com a comunidade quilombola Engenho Novo nos permite compreender de que modo aspectos comuns acerca dos antigos engenhos são expostos, criando um *continuum* entre as trajetórias das diferentes comunidades. Por exemplo, a chegada da usina de dendê Oplama, em meados do séc. XX, localizada na antiga fazenda Acutinga, vizinha de Engenho da Cruz, marcou um novo ciclo econômico, marcado pela utilização de mão-de-obra das famílias negras que ali viviam. Anteriormente, conforme já mencionado, a produção dos engenhos destinava-se, em especial, à monocultura de cana-de-açúcar e produção de farinha.

Figura 7 – Ruína do antigo Engenho da Cruz.



Fonte: Foto de Mariana Balen Fernandes (2018).

A memória da presença das famílias quilombolas do Engenho da Cruz se traduz desde a mão-de-obra escravizada utilizada nas lavouras de cana-de-açúcar até a chegada de famílias do sertão baiano, em períodos posteriores. Nesses tempos havia espaço para o cultivo de roças e a possibilidade de acolhimento de famílias oriundas de outras regiões da Bahia. Uma das narrativas aponta para famílias que vieram de localidades distantes, mas que fundaram famílias no Engenho da Cruz, a exemplo dos descendentes do antigo administrador do Engenho da Cruz. Desse período, membros da comunidade relacionam histórias sobre o cativo da inchada ou os tempos em que, para viver, se dependia do trabalho nas roças da família. Tempos estes dos avós dos moradores atualmente mais antigos, como da época de Oscar Dutra e Aurélia, antigo casal dono das terras do antigo Engenho da Cruz e Engenho Acutinga. Além das famílias oriundas do sertão, cita-se outras regiões localizadas na *beira-mar* do recôncavo, a exemplo das comunidades quilombolas Kaimbongo, Engenho da Praia e Santiago do Iguape, município de Cachoeira, e as do município de Saubara.



Meus bisavós eram a mesma coisa. Era uma metade aqui do Recôncavo Baiano, que é aqui dessa corda do beira mar, e a outra maioria vem de lá da seca de como tá agora. Se mandavam de lá para cá e juntavam a geração. Para ter condição de vida. (Comunidade Engenho da Cruz. Trabalho de campo, 2018)

Soma-se ao fluxo migratório das famílias negras o uso das áreas do antigo engenho que conformam o território quilombola a partir dos limites impostos a cada ciclo econômico e a chegada, também, de novos e estranhos vizinhos, ou supostos novos donos, o que, conseqüentemente, acarretou processos de reterritorialização por parte da comunidade quilombola.

Ainda hoje, a comunidade Engenho da Cruz mantém vínculos territoriais com áreas dos antigos engenhos outrora destinadas à moradia e ao sustento das famílias negras, a despeito das divisões de terras e dos processos de expropriação sofridos. Os membros da comunidade percebem o território como espaço integrado, incluindo as relações com outras comunidades vizinhas ou pertencentes à região do recôncavo:

Mas quando era morador, por exemplo, da usina Cutinga tinha direito de fazer uma casa. Por exemplo, se eu fosse o pai eu tinha direito de fazer a minha casa. O meu filho, se pegasse uma família, eu iria ao dono, porque naquele tempo tinha dono, hoje não – hoje tem mandatária e tem dono que diz que é dono, mas não é dono – naquele tempo que tinha dono mesmo, que eu conheci e chamava Seu Dora, a gente chegava lá e conversava com ele (Comunidade Engenho da Cruz. Depoimento concedido a Breno Trindade, Mariana Balen Fernandes e Neivalda Freitas de Oliveira em 2018)

No Engenho Novo, contam os moradores mais antigos que, em tempos áureos, a chaminé era símbolo da produção de açúcar, da cachaça e posteriormente da produção da farinha. No seu auge, aquele engenho produziu em grandes quantidades.

Figura 8 – Ruínas do antigo Engenho Novo – chaminé.



Fonte: Foto de Sílvio Marcio M. Machado (Outubro de 2017).



Na mesma proporção em que sua produção era pungente, a relação com os trabalhadores foi marcada por abusos. Um dos relatos mais marcantes foi feito por uma das lideranças da Associação Quilombola:

Eu mesmo me acho um escravo. Porque meus pais... eu nasci encontrei trabalhando na Opalma. O ganho dele era aquele salário pouco. Ele comprava na cantina da própria empresa. Comia o que a cantina tinha. Ele enfrentava uma fila que já vi pessoas desmaiando na fila, e eu próximo a desmaia.

Chegava lá eu só achava toicinho, no final do mês... aqueles ovos de galinha, que vendia na cantina, já ruim. Eu com 10 anos era forçado a trabalhar, estudava para aprender assinar o nome de teimoso... E quando chegava no fim do mês o salário do meu pai não tinha saldo nenhum. Todo salário que ele ganhava foi trocado por alimentação. Que diferença tem do escravo?

[...] a caça foi quem me criou... me ajudou muito demais.

(Comunidade Engenho Novo. Depoimento concedido a Breno Trindade, Mariana Balen Fernandes e Neivalda Freitas de Oliveira, 2017)

Ao comparar a vida dos escravizados com a dos trabalhadores da fábrica, o depoente constrói um paralelo entre o trabalho árduo de seus antepassados e sua própria labuta. Lembra de quando, ainda criança, trabalhava na fábrica de dendê, e como era a jornada e as formas de recebimento de salários e gastos feitos pelo seu pai. Porém não deixa de mencionar quais as formas de escapar de tamanha penúria, burlando, inclusive, as ordens dos senhores, agora “patrões”, já que, mesmo a contragosto dos administradores da empresa, era a caça que muitas vezes supria a falta de alimento entre os moradores do lugar. A identidade territorial, afirmada nas entrelinhas, vai além da terra cultivada no passado. Também nos dias atuais as comunidades elaboram seus territórios incluindo as áreas de mato, as nascentes e os rios para uns; e/ou o mangue, o mar, o cemitério etc. para outros.

Várias mulheres relatam a lida diária, pelos idos da segunda metade do século XX. Naquela época se produzia muito quiabo, e se fazia farinha de mandioca e beiju. Quando os donos das casas de farinha anunciavam que haveria produção alguns vizinhos apareciam. O dono da casa de farinha recebia comissão daqueles que também produziam seus fardos; e os que apareciam apenas para ajudar levavam para casa alguma coisa: as vezes um pouco de farinha, outras beiju, e/ou ainda “cruera”, para dar o que comer para os animais. Também contam que para sobreviver muitas mulheres iam para a maré pescar ou mariscar, e depois comercializavam seus produtos nas feiras da região.

A memória não homogeneiza os indivíduos. Respeitar as diferenças, entendê-las, reconhecê-las é, sobretudo, admitir o grande número de experiências dos diversos grupos sociais; é reconhecer as múltiplas identidades, é reconhecer a diversidade. Memória, como nos ensina Marcel Proust, envolve: a memória sensitiva, do toque, do cheiro, dos sabores, das vozes, que às vezes desperta boas sensações, outras nos trazem aversão.

Também é plausível falar sobre patrimônio quando analisamos tais comunidades. Patrimônio deve ser entendido não apenas como vestígios históricos ou simples marcas físicas de presença humana através dos tempos, mas como fruto de múltiplos saberes e várias memórias, de diferentes experiências humanas ou como resultado de escolhas ou ações coletivas que possibilitam várias leituras, várias

percepções, vários olhares, várias histórias. Nesta concepção, o significado de patrimônio envolve não somente as relações do simples recordar, lembrar, mas considera as relações do retorno ao espaço público vivenciado em todos esses movimentos, buscando retirar o homem do exclusivismo de seu espaço privado, seguro e asséptico, envolto em uma suposta modernidade. Patrimônio deve ser visto não como o que “acentua a presença do Estado, das instituições estabelecidas e classes sociais dirigentes [...], mas, sobretudo, uma prática uma prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes, diferentes sujeitos históricos assumindo formas diversas e resultando em diferentes memórias”, como ensina a saudosa Professora Déa Fenelon (1985, p. 30-31).

Em Engenho Novo os grandes tachos de metais, onde se pode observar as iniciais do antigo Engenho, assim como alicerces das antigas unidades habitacionais e/ou tijolos das antigas construções e rodas de moendas, são referências para a comunidade. São marcas do passado que querem manter vivas na memória e que estimula a curiosidade das pessoas.

Figuras 9 e 10 – Tachos de cobre (à esquerda) e alicerces do Engenho Novo (à direita).



Fonte: Fotos de Silvio Marcio M. Machado (outubro de 2017).

No Engenho Novo, as práticas religiosas podem ser consideradas como elementos fundantes da comunidade. No entanto essas não estão limitadas a uma vertente ou ramo religioso e nem a estruturas institucionalizadas. A comunidade tem desde a Igreja Católica, dedicada a Santa Catarina de Alexandria, até igrejas neopentecostais, e ainda cultos às várias divindades afro-diaspóricas.

Alguns moradores expõem que, por ali, e desde a casa dos Senhores de Engenho, sempre houve um “batucagé”, manifestação de religiosidade afro-brasileira. Existiam, também, alguns idosos legitimados como grandes conhecedores do poder das ervas, por isso muito respeitados, além dos puxadores de rezas, principalmente no dia de Reis e novenas de Santo Antônio.

Na fala dos interlocutores, o tempo atravessa o discurso onde “os antigos” são lembrados no presente para fundamentar práticas do agora a partir da noção de herança. Assim é que muitas referências apontadas eram da sabedoria de mulheres que detinham o conhecimento vinculado às formas de cura e tratamentos diversos com folhas, banhos, rezas. Destacam-se as parteiras. O maior exemplo, que liga o

Engenho Novo e o Engenho da Cruz, é o de Dona Marciana, que foi uma grande liderança política, religiosa e parteira.

Manter-se nesse território foi sempre expressão de resistência, visto que foram mantidos os laços de parentesco, as formas constituídas de viver, a cultura, os aspectos religiosos, dentre outros. É isso o que encontramos nos dias atuais entre os moradores dos Engenhos da Cruz e Novo, reforçados pelas relações de solidariedade, de laços de parentesco, de compadrio, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES

Decerto que os Engenhos são locais da memória coletiva, porque os seus antigos proprietários e aqueles que ali viveram criaram raízes, e deixaram descendentes, foram construtores da história da Bahia. São locais de memória pois, naquelas terras, um grupo de pessoas se tornou protagonista ao dominar as lembranças, recordações, pensamentos e também esquecimentos, que revelam memórias coletivas. Lugares de memória porque, nos espaços físicos e geográficos da Capitania da Bahia, e especialmente do seu Recôncavo, fixou-se a identidade dos que os antecederam, a permanência e rupturas históricas, culturais de sentidos e significados. Isso está refletido nas comunidades de São Brás, Engenho Novo e Engenho da Cruz ao insistirem em preservar as memórias, as vivências e os seus territórios. Diferentemente das demais lógicas de apropriação e de usos, os engenhos do recôncavo são concebidos pelas comunidades quilombolas a partir de um conjunto de relações entre espaços que dialogam entre si por meio das atividades desenvolvidas em seu cotidiano.

As fazendas que originaram os antigos engenhos Cajaíba, da Cruz e Novo passaram por vários processos de fragmentação desde o período colonial, com a vinda dos engenhos de açúcar para a Bahia até as mais recentes formas de intervenção por parte de empresas multinacionais ligadas ao capital estrangeiro e nacional, como no caso de São Braz, e dos engenhos da Cruz e engenho Novo. Apesar de todas as tentativas de controle sobre os territórios negros da Bahia, há de considerar, *a priori*, a reação por parte dos grupos negros, principalmente no que tange às suas formas de ocupação e de resistência aos sistemas econômicos que os excluí socialmente. Neste sentido, as comunidades quilombolas emergem juntamente com outras categorias políticas associadas aos seus modos de vida destinados à pesca, à mariscagem, às roças etc.

Fato é que a presença negra é parte inerente da historicidade dos antigos engenhos, vinculada não apenas ao passado escravista, mas, ao contrário, pelo protagonismo de tais grupos, tanto em termos de definição de estratégias para a manutenção de certa autonomia sobre seus territórios quanto na formação de uma economia, organização social e base cultural associada à ancestralidade negra, quilombola, própria do recôncavo baiano.

## REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, J. T. *História de Portugal. XI*. Matosinhos: Quidnovi. 2004.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, E. B. de. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAUÍ, M. *Política cultural, cultura e patrimônio histórico*. In: O DIREITO À MEMÓRIA: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/DPH, 1982.
- FERNANDES, M. B. *Ilha de Cajaíba: lugar, pertencimento e territorialidade nas comunidades quilombolas Acupe, São Braz e Dom João - Recôncavo Baiano*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- FRAGA FILHO, W. *Encruzilhadas da liberdade*. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- PEIRANO, M. *O dito e o feito*. Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ/Núcleo de Antropologia da Política, 2002.
- SACK, R. D. *Territorialidade humana: sua história e teoria*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SACK, R. D. *Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1966.
- SCHWARTZ, S. B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SOUSA, G. S. de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Ed. Nacional Brasília, 1987.
- VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969.

Data de Submissão: 30/09/2023

Data de aprovação: 06/01/2024

Copyright (c) 2024 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)